



CONTRATO Nº. .../2019.

PAD Nº6982/2019.

*(*apresentar comprovação de credenciamento prévio à assinatura do contrato, cfe item 3.2 deste contrato e item 10.1 do edital)*

Minuta - anexo VII

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ E A
EMPRESA**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666 de 21.06.93, suas alterações e demais legislações pertinentes, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, pelo Pregão Eletrônico nº. /2019, PAD 2.422/2019, e a proposta vencedora, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, inscrito no CNPJ sob nº. **03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

....., inscrita no CNPJ sob nº.
....., com sede na Rua, nº, bairro
....., Cidade/UF/....., CEP:, telefone: (....), e-mail:
....., neste ato representada por,
portador do CPF nº., denominada CONTRATADA, têm entre si
ajustado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a contratação para prestação de serviços técnicos especializados de operação, manutenção preventiva e corretiva dos sistemas e equipamentos de **ares-condicionados**, constantes do Edital e neste Contrato.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no Edital que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 – Os Serviços deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Edital – Termo de Referência (Item 2), **que será parte integrante deste contrato.**

2.2 – Do local da prestação dos serviços: O atendimento será prestado aos imóveis deste TRE, no prédio sede do Tribunal Regional Eleitoral do PR e no prédio do Fórum Eleitoral de Curitiba, (situados na Rua João Parolin, 224 e 55, respectivamente), incluindo mão de obra especializada, fornecimento de ferramentas, equipamentos e materiais necessários à execução, bem como o fornecimento de peças de reposição.

2.3 – Das Diretrizes Básicas para Execução dos Serviços: de acordo com o detalhamento previsto no Edital – Termo de Referência-anexo I (Item 3).

2.4 – Do Recebimento dos Serviços: de acordo com o detalhamento previsto no Edital – Termo de Referência- anexo I (Item 4).

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 – As obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no Edital – Termo de Referência-anexo I (Item 5), que será parte integrante deste contrato.

3.2 - Em razão da recente troca de equipamentos e consequente manutenção de suas garantias, a contratada **deverá ser credenciada para manutenção de equipamentos das marcas Hitachi e LG, apresentando a devida comprovação previamente à assinatura do contrato (conforme item 10.1 do edital).**

3.3 - Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

4.1 - O presente contrato vigorará pelo período de **12 (doze) meses**, a contar da data de assinatura do presente instrumento contratual, **de a**, podendo ser rescindido antecipadamente ou prorrogado a critério do CONTRATANTE nos termos do artigo 57 inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

5.1 – Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho.....;
Nota de Empenho:, emitida em;
Elemento de despesa:;
Categoria Econômica: Custeio;
Código do SIASG: 2245 4.

CLÁUSULA SEXTA: DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 – A fiscalização e a gestão serão realizadas por servidores devidamente designados pela Administração, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º: da Lei nº 8.666/93.

6.2 - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

6.2.1 - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

6.3- Nos termos da Lei 8.666/93, art.67, parágrafos 1º. e 2º., caberá aos Gestores:

6.3.1- Receber e atestar a nota fiscal referente à aquisição encaminhando-a ao setor responsável da Secretária de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE para pagamento;

6.3.2- Acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa;

6.3.3- Comunicar à contratada via e-mail, carta ou ofício, os problemas ocorridos no decorrer dos serviços, fixando prazos para solucioná-los, ou para correções dos defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto;

6.3.4- Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria de Administração- SECGA, devidamente instruído com todas as informações pertinente constante de formulário específico, anexando-se cópia do e-mail do subitem acima, referente à intenção de abertura de Processo Administrativo, com o respectivo comprovante de recebimento pela contratada;

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

7.1 – O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total estimativo do contrato: A + B + C) de R\$.……. (……), conforme a seguir demonstrado:

A - Prestação dos serviços de manutenção para um período de 12 (doze) meses de contratação: R\$ _____ (_____)

a.1) Valor **mensal** referente à prestação dos serviços (“a” / 12):
R\$ _____ (_____)

B –Somatório dos valores unitários das peças abaixo, previstas no Anexo IV:
R\$ _____ (_____):

Peça	Preço unitário
Bomba d'água para cassete	
Compressor 9.000 a 12.000 BTUs	
Compressor 18.000 BTUs	

Compressor 24.000 BTUs	
Compressor 30.000 BTUs	
Compressor 36.000 BTUs	
Compressor 42.000 BTUs	
Compressor 48.000 BTUs	
Compressor 60.000 BTUs	
Contactora	
Bomba de drenagem	
Gás R22, 407 e 410 – cilindro 11,3 kg	
Placa eletrônica da evaporadora	
Placa mãe do condensador	
Placa receptora	
Sensor de degelo	
Sensor de temperatura da evaporadora	
Sensor de temperatura do condensador	
Turbina do evaporador	
Rolamentos	
Valor total (B)	

C – Prestação de serviços adicionais (conforme item 2.9 do Termo de Referência – Anexo I), estimativa para 12 meses:

R\$ _____ (_____)

Quantidade estimada de Horas Trabalhadas	Valor da Hora Trabalhada	Valor total para prestação de serviços adicionais (C)
468	R\$.....	

7.2 – DOS CUSTOS ACESSÓRIOS ESTIMADOS PARA 12 MESES - para o item 7.1.b E demais peças, podendo ser utilizado parcial, total ou não utilizar os itens relacionados:

a) **Fica estimado o valor total de R\$ 20.000,00** (vinte mil reais), para aquisição das peças previstas no Anexo IV – (pelos preços unitários propostos no subitem 7.1.B e demais peças não previstas, nos termos do item. 2.7.1.3 do termo de referência.

7.3 – Do Instrumento de Medição de Resultados (IMR):

7.3.1 - Ocorrerá glosa no pagamento devido à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções, cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme o IMR (Índice de Medição de Resultados) – Anexo VI do Edital. Nesse caso, a empresa deverá enviar a nota fiscal já com os ajustes de valores necessários (glosas), conforme % desconto Através do cálculo do fator de aceitação):

Faixas de ajuste no pagamento	0 até 5 – pagamento de 100% do valor mensal do contrato De 6 a 10 – pagamento de 95% do valor mensal do contrato De 11 a 15 – pagamento de 90% do valor mensal do contrato De 16 a 20 – pagamento de 85% do valor mensal do contrato De 21 a 30 – pagamento de 80% do valor mensal do contrato
--------------------------------------	--

7.3.2 - A verificação do resultado da prestação do serviço será realizada com base nos itens constantes do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) – Verificação da qualidade dos serviços e efeitos remuneratórios – Anexo VI. Para tanto, os preços estabelecidos no Contrato para a realização dos serviços, se referem à execução com a máxima qualidade. A execução que atinja os objetivos dos serviços contratados sem a máxima qualidade importará pagamento proporcional ao realizado, nos termos da Tabela de Resultados, prevista no ANEXO VI.

7.3.3 - Tais ajustes visam a assegurar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA o recebimento dos serviços, mesmo diante de eventuais falhas em sua execução.

7.3.4 - No período mensal o Fiscal do Contrato avaliará constantemente os serviços prestados, visando evitar a perda no nível de qualidade, promovendo o registro das ocorrências verificadas, e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, podendo, inclusive, intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar desconformidade contínua na prestação do serviço.

7.3.5 - De posse dos dados constantes da “PLANILHA DE OCORRÊNCIAS” o CONTRATANTE promoverá a tabulação destes dados na “TABELA DE RESULTADOS” (todos do ANEXO VI) de modo a identificar o percentual de aceitação de qualidade dos serviços, levando-se em consideração a tolerância e o peso para cada item avaliado, definindo o desconto a ser aplicado ao preço contratual. O IMR (Instrumento de Medição de Resultados), contendo todas as informações consideradas para a elaboração da “Tabela de Resultados” deverá ser apresentado à CONTRATADA até o dia 07 (sete) de cada mês seguinte, contendo, no mínimo:

- Número do PAD contratual que deu origem ao contrato;
- Número do Contrato;
- Partes contratuais;
- Síntese do objeto;
- Relação de falhas; e
- Fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços.

7.3.6 - A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, podendo compreender a mensuração dos seguintes aspectos:

- a) Resultados alcançados em relação ao Contratado, verificação dos prazos de execução e qualidade demandada;
- b) Recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- c) Adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- d) Cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

7.3.7 - Após a apresentação à CONTRATADA das anotações que compõem o IMR - Índice de Medição de Resultados, com possíveis ocorrências e descontos, se houver, a mesma poderá apresentar justificativa do serviço com menor nível de conformidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis após do recebimento, sendo que neste caso só será aceita caso

comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

7.3.8 - Havendo impugnação ao relatório apresentado, o CONTRATANTE avaliará o mesmo, podendo promover diligências, ou apresentar a avaliação final da impugnação com indicação do efetivo valor devido.

7.3.9 - Caso a avaliação da impugnação não seja concluída até o dia 10º (décimo) dia útil do mês de sua apresentação, considerar-se-á, para efeito de emissão da Nota Fiscal para pagamento, o valor apontado originalmente pelo CONTRATANTE.

7.3.10 - A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal contendo os valores apontados pelo CONTRATANTE, conforme item anterior, entre os dias 15 (quinze) e 20 (vinte) do mês seguinte ao trabalhado.

7.3.11 - Caso o resultado da avaliação da impugnação, posteriormente obtido, contemple ajuste de valor em favor da CONTRATADA, esta poderá emitir Nota Fiscal complementar e apresentar ao CONTRATANTE, para pagamento das diferenças.

7.4 – Do documento fiscal:

7.4.1 – O documento fiscal poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, smic@tre-pr.jus.br, em formato PDF, ou poderá ser apresentado na forma física, devendo ser encaminhado à Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, nº. 224, 1º. andar, Prado Velho, Curitiba/Paraná.

7.4.1.1 – O CNPJ cadastrado no sistema comprasnet/ documentos de habilitação, para fins da contratação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

7.4.1.2 - Caso a CONTRATADA não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na contratação poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa CONTRATADA. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular.

7.4.1.3 – O documento fiscal deve conter o nome e número do banco, agência e conta-corrente para depósito. A conta-corrente obrigatoriamente deverá ser da própria CONTRATADA.

7.4.1.4 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

7.4.1.5 – O período para faturamento deverá ser mensal.

7.4.1.6 - Os faturamentos seguirão a convenção de mês comercial - inclusive os proporcionais (*pro rata die*). Essa convenção também se aplicará a reajustes, repactuações, acréscimos, supressões, prorrogações e demais alterações contratuais supervenientes.

7.4.1.7 – A emissão do documento fiscal/recibo deverá ocorrer no mês subsequente ao que faz referência.

7.4.1.8 – A emissão do documento fiscal/recibo deverá ocorrer no mês subsequente ao que faz referência.

7.5 – Das condições do pagamento:

7.5.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, após o atestado pelo gestor do contrato, designado para esta finalidade. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

7.5.2 – O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

7.5.2.1 - Prazo para emissão e apresentação da Nota fiscal pela empresa CONTRATADA: até 5 (cinco) dias, após o recebimento definitivo da prestação de serviços pelo TRE/PR (fiscal da contratação);

7.5.2.2 – Prazo para atestado da Nota fiscal: até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

7.5.2.3 – Prazo para pagamento da Nota Fiscal: até 20 (vinte) dias após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

7.5.3 – Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.4 – O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.3.1.3.

7.5.4.1 – Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

7.5.5 – O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste contrato.

7.5.6 – Na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da CONTRATADA, que será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100) / 365$

7.6 – Da regularidade fiscal:

7.5.1 – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.6.1.1 – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

7.6.1.1.1 – Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

7.6.2 – A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

7.6.2.1 – O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

8.1 – Da substituição tributária:

8.1.1 - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, L. C. nº 116/2003 e L. C. nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

8.2 – Dos tributos federais:

8.2.1 - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

8.2.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

8.2.3 - A nota fiscal, cuja empresa CONTRATADA seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - anexo IV.

8.3 - Da retenção previdenciária:

8.3.1 - Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada, poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112, sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

8.4 - Da retenção do ISS:

8.4.1 - Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da L.C. nº116/03.

8.4.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar nº 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

8.5 - Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE

9.1 – O reajuste dos contratos com vigência até 01 ano encontra-se suspenso até disciplinamento diverso, oriundo de legislação federal e nas condições desta.

9.1.1 – Caso o contrato seja prorrogado de acordo com o limite da Lei 8.666/93, será pactuado o reajustamento dos preços a cada 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta, segundo a variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de cada período específico, editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, ou, na falta deste, com base na variação de outro índice oficial do governo.

9.1.2 – O reajuste deverá também incidir sobre o valor estimado constantes do subitem **7.2** deste contrato.

9.2 – A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, nos termos do contido da alínea “d” do inciso II e dos parágrafos 5º e 6º do artigo 65 da Lei 8666/93, através de documentação que evidencie a majoração dos custos de fornecimento e/ou fabricação, avaliados face às planilhas de composição de preços pertinentes, e após ampla pesquisa de mercado.

9.2.1 – A revisão, se deferida, ocorrerá a partir da data do protocolo do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei nº 8.666/93 e art. 7º, da Lei nº 10.520/2002.

10.2 - Com fundamento no acima disposto, bem como nos preceitos dos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo do desconto à fatura respectiva, em razão do descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado:

a) ADVERTÊNCIA, para os casos de infrações leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante.

b) MULTA DE MORA DE 1,0% (um por cento) ao dia, sobre o valor mensal do contrato, pelo atraso injustificado nos prazos estabelecidos à execução do contrato, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado, com limite de 10 dias. Após esse prazo, será considerado inadimplemento parcial, com multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor mensal, com limite de 30 (trinta) dias. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado como inexecução total do contrato, implicando rescisão unilateral da contratação;

c) MULTA de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato pela inadimplência reiterada de quaisquer das obrigações, assim como quando ocorrer 3(três) avaliações, pelo período sequencial ou intermitente, abaixo de 85%, dentro do período de 12 (doze) meses contados da última avaliação.

d) MULTA de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de quaisquer danos aos equipamentos, causados pelos profissionais, sem a reposição do bem pertinente, ou pelo fornecimento/reposição de peças incompatíveis com os equipamentos.

e) MULTA de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratual pelo inadimplemento total do contrato, pela cessação da prestação dos serviços, ou pela não prestação da garantia dos serviços e dos materiais fornecidos pelo prazo previsto em contrato e/ou nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

10.4 – Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e/ou Municípios e descredenciamento do Sicaf ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital/contrato e das demais cominações legais, caso a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

10.5 - As multas imputadas à CONTRATADA cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária

10.6 - A CONTRATADA autoriza desde já ao desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1 - Ficarão o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

11.2 - Será também causa de rescisão se a CONTRATADA alocar funcionários, para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o artigo 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/2005, ambas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

¹ Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 - Fica eleito o foro de Curitiba/PR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

13.2 - E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, de de 2019.

.....
Representante Legal
P/ CONTRATADA

Dr. Valcir Mombach
Diretor-Geral – TRE/PR
P/ CONTRATANTE

Anexar ao contrato:

Termo de Referência - Anexo I, a Proposta Detalhada - Anexo II, a Relação de Equipamentos – Anexo III, a Relação de Peças de Reposição - Anexo IV, Rotinas de Manutenção – Anexo V, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).